

# Greves docentes na Argentina, no Brasil e no México (2012–2022)<sup>1</sup>

Teacher strikes in Argentina, Brazil and Mexico (2012–2022)

Huelgas docentes en Argentina, Brasil y México (2012–2022)

 JULIÁN GINDIN\*

Universidade Federal Fluminense, Brasil

 MARIANO CASCO\*\*

Universidade Autónoma Metropolitana, México

 PABLO ARIEL BECHER\*\*\*

Universidade de Mar del Plata, Argentina

**RESUMO:** O descontentamento dos/das professores/as é um objeto de pesquisa importante na literatura sobre o sindicalismo docente na América Latina. Este artigo traz uma contribuição inédita a esse tema tradicional, apresentando dados estatísticos sobre greves de professores/as do ensino fundamental e médio na Argentina, no Brasil e no México entre 2012 e 2022. Essa abordagem destaca diferenças importantes na ação grevista entre as redes pública e privada, entre docentes da rede pública em diferentes estados de cada país e entre os três países quanto aos níveis de negociação em que as greves docentes ocorrem. A partir da categoria *regimes de trabalho docente*, podemos compreender essas diferenças com consistência teórica, ressaltando o papel dos/das agentes na configuração e reconfiguração dos regimes de trabalho, a importância do controle dos empregos para a dinâmica desses regimes e sua estruturação multiescalar.

---

\* Universidade Federal Fluminense. Niterói, Brasil. *E-mail:* <jgindin@id.uff.br>.

\*\* Universidade Autónoma Metropolitana – Xochimilco (UAM-X), membro do Sistema Nacional de Investigadoras e Investigadores (Nível Candidato), Cidade do México, México. *E-mail:* <marianocasco@hotmail.com>.

\*\*\* Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales – CONICET, Universidad de Mar del Plata, Mar del Plata, Argentina. *E-mail:* <pabloarielbecher@gmail.com>.

*Palavras-chave:* Greves docentes. Sindicalismo docente. Brasil. México. Argentina.

**ABSTRACT:** Teacher unrest is an important research object in the literature on teacher unionism in Latin America. This article makes a novel contribution to this traditional topic, presenting statistical data on primary and secondary teacher strikes in Argentina, Brazil and Mexico from 2012 to 2022. This approach highlights important differences in strike activity between the public and private school sectors, between public school teachers in different states within each country, and between the three countries in terms of the configuration of the levels of bargaining at which teacher strikes take place. The category of ‘teacher labour regimes’ allows understanding these differences in a consistently theoretical manner, underlining the role of agents in configuring and reconfiguring labour regimes, the importance of labour control for the labour regime dynamics and the multi-scalar structuration of labour regimes. *ra* a dinâmica de estos regímenes y su estructuración multiescalar.

*Keywords:* Teacher strikes. Teacher unionism. Labour regime. Brazil. Mexico. Argentina.

**RESUMEN:** El descontento de los/as docentes es un importante objeto de investigación en la literatura sobre el sindicalismo docente en América Latina. Este artículo aporta una contribución inédita a este tema tradicional, presentando datos estadísticos sobre las huelgas de docentes de primaria y secundaria en Argentina, Brasil y México entre 2012 y 2022. Este enfoque destaca importantes diferencias en la acción de huelga entre las redes públicas y privadas, entre los/as docentes de escuelas públicas en diferentes estados de cada país y entre los tres países respecto de los niveles de negociación en los que se producen las huelgas docentes. Desde la categoría de *regímenes de trabajo docente*, podemos entender estas diferencias con consistencia teórica, enfatizando el papel de los/as agentes en la configuración y reconfiguración de los regímenes de trabajo, la importancia del control del trabajo para la dinámica de estos regímenes y su estructuración multiescalar.

*Palabras clave:* Huelgas docentes. Sindicalismo docente. Brasil. México. Argentina.

## Introdução

Uma das principais questões abordadas pelos estudos sobre sindicalismo docente na América Latina é o descontentamento dos/as profissionais. Esses estudos geralmente tratam dos sindicatos ou filiais sindicais mais radicalizados, como o trabalho clássico de Maria Lorena Cook (1996) e estudos recentes realizados na Argentina, Chile e México (BECHER, 2022; CASCO, 2020; REYES, 2021). No que diz respeito aos estudos nacionais, eles se concentram em períodos de grandes mobilizações (ver SALGADO, 2018 sobre o caso colombiano). Projetos de pesquisa desse tipo são relevantes para compreender os sindicatos docentes, mas implicam em dar pouca atenção aos períodos com pouca ou nenhuma mobilização e aos segmentos sindicais menos mobilizados.

Uma forma complementar de abordar essa questão é analisar as estatísticas das greves em escala nacional, incluindo todos os estados e não apenas os mais radicalizados – e por um período relativamente longo, em diferentes momentos, não apenas os mais conflituosos. Essa estratégia metodológica não é muito comum, tendo como poucas exceções María Mercedes Chiappe (2011), Graciela Bensusán e Arturo Tapia (2013) e Sebastián Etchemendy e Germán Lodola (2023). Neste artigo, utilizaremos dados estatísticos sobre greves para estudar as mobilizações de docentes do ensino fundamental e médio na Argentina, no Brasil e no México de 2012 a 2022. Além disso, para uma comparação mais ampla, incluiremos greves docentes nas redes pública e privada desses três países<sup>2</sup>.

Ao destacar as diferenças nas greves docentes na América Latina nosso trabalho converge, em certo sentido, com o de Ben Schneider (2021). A partir da perspectiva da ciência política e comparando casos latino-americanos, Schneider critica a ideia de que os sindicatos docentes são organizações de essência equivalente em contextos institucionais e políticos distintos. No entanto, ao contrário de Schneider, nosso objetivo é contribuir para a compreensão das greves docentes com base no enquadramento do regime de trabalho (BAGLIONI *et al.*, 2022). Assim, nossa contribuição teórica distinta para as pesquisas comparativas internacionais sobre sindicalismo docente — uma área que tem contribuições dominantes da ciência política<sup>3</sup> — se dá a partir da perspectiva dos estudos do trabalho.

Escolhemos a Argentina, o Brasil e o México porque esses países compartilham duas características importantes. Primeiro, a de que a maioria dos/das docentes trabalha na rede pública, mas um número significativo trabalha em escolas particulares. Em segundo, os governos federais não empregam docentes, mas têm influência sobre questões trabalhistas que dizem respeito aos/as professores/as, e as leis federais protegem a atividade sindical e o direito à greve. Além disso, decidimos analisar as estatísticas do período de 2012 a 2022 por dois motivos. Primeiro, porque precisávamos de um banco de dados que incluísse informações sobre uma boa variedade de conjunturas políticas.

Segundo, devido à disponibilidade de dados. Criamos para este estudo um banco de dados sobre greves docentes no México usando dados da internet. Quanto mais voltamos no tempo, mais difícil é reconstruir as características das greves.

Neste artigo, discutimos primeiro a categoria *regimes de trabalho docente*. Em seguida, na seção metodológica, apresentamos as bases de dados sobre greves com as quais trabalhamos. Depois, apresentamos nossas considerações mais significativas. Por fim, nas conclusões, explicamos como algumas das principais ideias do enquadramento do regime de trabalho podem contribuir para uma explicação teórica das nossas considerações.

## Regimes de trabalho docente

Os/As pesquisadores/as da área do trabalho utilizam a categoria do regime de trabalho para estudar a relação entre capital, Estado e trabalho. Conforme entendido atualmente, um regime de trabalho é a “combinação de relações sociais e instituições que vinculam o capital e o trabalho em estabilidade relativa e antagônica em determinados momentos e lugares” (BAGLIONI *et al.* 2022, p. 1). A categoria tem sido usada principalmente para estudar a rede privada, sobretudo indústrias que produzem bens de consumo. No entanto, neste artigo, destacaremos seu potencial para interpretar algumas características das greves docentes.

Nesse quadro teórico, as formas relativamente estáveis de trabalho na profissão docente podem ser entendidas como regimes de trabalho docente – RTDs. Esses regimes incluem a forma como os/as professores/as lidam com a insatisfação no trabalho e o ativismo docente, de tal maneira que uma determinada forma de ação reivindicatória (ou a sua ausência) pode ser considerada normal dentro de um determinado RTD. Assim, vamos nos centrar em três elementos presentes no enquadramento do regime de trabalho que contribuem para uma análise das greves docentes com fundamentação teórica.

Em primeiro lugar, o enquadramento do regime de trabalho destaca a agência. Os regimes de trabalho são construídos e reconstruídos, em parte, pelos/as empregadores/as, os/as quais empregam os/as trabalhadores/as e gerem o processo de trabalho. No entanto, os regimes de trabalho não são apenas o resultado da agência dos/das empregadores/as. Os RTDs também resultam da busca da sociedade por escolaridade, da ação de movimentos e partidos políticos, da ação dos órgãos reguladores do Estado e, obviamente, das próprias exigências e capacidade de pressão dos/das docentes. Uma greve é exatamente o tipo de ação coletiva dos/das trabalhadores/as assalariados/as que pode desafiar ou contribuir para a estabilidade dos regimes de trabalho.

Em segundo lugar, o enquadramento do regime de trabalho destaca a motivação e o controle como dois elementos-chave da produtividade laboral. Portanto, com ele podemos compreender a estruturação e a dinâmica de um regime de trabalho. No campo do

ensino, a controversa pauta contemporânea da avaliação dos/das professores/as da rede pública — que busca maior controle dos empregos docentes — pode ser pensada a partir dessa perspectiva teórica. Focar a importância da motivação e do controle dos empregos no processo de trabalho contribui para a compreensão dos interesses e demandas dos/das trabalhadores/as e empregadores/as.

Em terceiro lugar, o enquadramento do regime de trabalho chama a atenção para a estruturação multiescalar do trabalho docente – e, conseqüentemente, para a estruturação multiescalar dos conflitos laborais docentes. Os RTDs são determinados pelo Estado não só pela sua função de empregador na rede pública, mas também como regulador da atividade educativa e laboral por meio de leis relativas às escolas públicas e privadas. Isso normalmente é expresso em leis nacionais elementares e leis subnacionais complementares promulgadas pelos estados e autoridades locais. No entanto, existem outras escalas que são relativamente independentes da divisão do trabalho dentro do Estado. Como mostraremos, ao considerarmos a realidade local podemos explorar a simbiose entre as mobilizações docentes e outros sindicatos e movimentos sociais.

O potencial que a categoria regime de trabalho tem para analisar o descontentamento docente ultrapassa esses três elementos. Ainda assim, em nosso trabalho, vamos utilizá-los para trazer explicações teóricas fundamentadas a respeito das diferenças na atividade grevista entre professores/as e da forma que o descontentamento docente adquire conforme o nível de negociação em que as greves ocorrem.

## Metodologia

O *método da diferença* envolve considerar casos semelhantes com diferenças conforme sua variável. Ele pode ser usado de maneira flexível para investigar diferenças e semelhanças de contexto (RAGIN, 1987). Conforme essa abordagem, as diferenças entre os casos são comparadas sistematicamente para encontrar variações na natureza ou intensidade de um fenômeno (TILLY, 1984). Em nosso estudo, as greves são um fenômeno social captado por meio de estatísticas descritivas; diferentes setores docentes representam diferentes casos; e o RTD é uma categoria que contribui para explicar as diferenças na atividade grevista de acordo com as variações entre os casos.

Seguindo uma longa tradição de estudos quantitativos sobre greves operárias (FRANZOSI, 1987), utilizamos três bancos de dados baseados em artigos da imprensa. Para analisar as greves docentes na Argentina, recuperamos dados da Direção Nacional de Estudos e Estatísticas sobre Relações Trabalhistas do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social – MTEySS-DEyERT (na sigla em espanhol). No caso do Brasil, coletamos dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE-SAG. No México, o

banco de dados oficial sobre conflitos trabalhistas do Instituto Nacional de Estatística e Geografia – INEGI (sigla em espanhol) subnotifica significativamente as greves docentes. Por esse motivo, criamos nosso próprio banco de dados sobre greves dos/as trabalhadores/as da educação.

Para tanto, escolhemos o jornal *La Jornada* (Cidade do México), que tem correspondentes e edições em vários estados mexicanos. Este jornal é “pró-sindicatos”, o que significa que cobre eventos relacionados ao trabalho com mais regularidade do que outros periódicos. Realizamos uma busca de dados do site do jornal<sup>4</sup> usando a linguagem de programação R e extraímos todos os artigos de janeiro de 2012 a dezembro de 2022, das seções Estado, Política e Cidade. Em seguida, filtramos os artigos usando os termos *paro* ou *huelga* (ambos significam *greve* em espanhol) e, com os resultados, reconstruímos alguns elementos-chave das greves dos/das trabalhadores/as da educação primária e secundária. Complementamos os dados sobre cada greve relatada pelo *La Jornada* usando várias fontes secundárias.

Como nosso banco de dados mexicano foi criado a partir de apenas um jornal, ele não é tão rigoroso quanto os bancos de dados argentinos e brasileiros e, portanto, sub-representa greves de menor escala. Nos casos da Argentina e do México usamos um indicador-chave sobre greves, os Dias Individuais de Greve – DIGs, multiplicando o número de dias de greve por uma estimativa do número de grevistas. No caso do Brasil, como não temos essa estimativa, consideramos apenas o número de greves e dias de greve.

## **Sindicatos docentes na Argentina, no Brasil e no México**

A Argentina, o Brasil e o México são países de desenvolvimento médio, com eleições presidenciais regulares e alternância entre diferentes alianças políticas. No período estudado esses países foram governados por coalizões de centro-esquerda e de direita/extrema direita. Além disso, nos três países os sindicatos são instituições com amparo legal, e as leis regulamentam o trabalho e as relações trabalhistas nas escolas públicas e privadas. Considerar essa regulamentação jurídica é fundamental para compreender o trabalho docente. Por exemplo: a estabilidade no emprego é um elemento-chave para os/as trabalhadores/as da educação pública.

No México, o RTD na rede pública é determinado por uma forte relação entre o Estado e o sindicato docente mais poderoso da América Latina, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação – SNTE. Construída em meados do século 20, essa relação tinha como um dos seus principais objetivos garantir a paz trabalhista no setor educacional. Na verdade, o SNTE ainda é um agente da paz trabalhista na maioria dos estados mexicanos. No entanto, em alguns estados esse regime de trabalho foi modificado na década de 1980, com o surgimento de uma oposição forte e radical dentro do SNTE:

a Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE. Atualmente, nos estados de Oaxaca, Chiapas, Michoacan e Guerrero, a CNTE é a facção sindical dominante e pode mobilizar greves de grande porte. Nas últimas décadas, dado o contexto de um regime eleitoral mais competitivo, a facção dominante e altamente pragmática do SNTE formou seu próprio partido político. A situação dos/das professores/as das escolas particulares mexicanas é muito diferente, pois seus sindicatos têm poucos membros e parecem ter pouca atividade. Na verdade, alguns deles são provavelmente sindicatos pró-empresariais.

Na Argentina, a Confederação dos Trabalhadores da Educação da República Argentina – CTERA é a principal federação nacional de professores/as da rede pública. Ela participa ativamente da política, mantendo-se próxima de figuras políticas de centro-esquerda. No entanto, outras organizações nacionais de professores/as da rede pública e grupos radicais de professores/as dentro da CTERA desempenham papéis ativos no cenário sindical docente. Há também um grande sindicato nacional de professores/as do ensino privado, o Sindicato Argentino de Docentes do Ensino Privado – SADOP (sigla em espanhol), que – como descreveremos à frente – participa de processos de negociação coletiva ao lado dos sindicatos docentes do ensino público.

No caso do Brasil, existe uma única federação nacional de sindicatos docentes da rede pública, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Em relação à rede privada, desde meados do século 20 a regulamentação estadual dos direitos sindicais abriu o caminho para a criação de sindicatos municipais e intermunicipais. Eles negociam coletivamente como qualquer sindicato da rede privada. Assim como na Argentina, os sindicatos docentes da rede pública e privada do Brasil se identificam politicamente com organizações políticas de esquerda e centro-esquerda.

Como mostraremos no restante do artigo, essas diferenças entre os países, incluindo a relação entre sindicatos e partidos políticos, a existência de movimentos dissidentes internos (particularmente no México) e o tipo de sindicalismo dos/das professores/as da rede privada contribuem para a compreensão das greves docentes entre 2012 e 2022.

### **Greves docentes na Argentina, no Brasil e no México**

Nesta seção apresentamos dados estatísticos sobre greves docentes, relacionando-os com a categoria de RTD. Na primeira parte analisamos as diferenças entre professores/as de escolas públicas e privadas; na segunda, as diferenças interestaduais entre as greves de professores/as de escolas públicas; e na terceira, os diferentes níveis de negociação em que as greves docentes ocorrem em cada país.

### *As diferenças entre professores/as de escolas públicas e privadas*

Na Argentina, no Brasil e no México – e provavelmente na maioria dos países – o controle dos empregos dos/das professores/as de escolas particulares é muito mais eficaz. Isso ajuda a explicar por que, como mostram as tabelas a seguir, as greves docentes se concentram na rede pública. Mas as tabelas também mostram que a participação dos/das professores/as das escolas particulares em greves varia significativamente entre os três países (Tabelas 1–3).

Conforme ilustrado nas tabelas, docentes da rede pública entram em greve com mais frequência. Na Argentina, enquanto na rede pública o número de DIGs por professor é de 57,68, na rede privada é de 7,64. No Brasil, na rede pública, o número de dias de greve para cada 1.000 professores/as é de 15,98, enquanto na rede privada esse indicador cai para 0,62. No México, não encontramos nenhuma greve na rede privada. Um elemento-chave para entender a diferença do RTD entre professores/as das redes pública e privada é o controle que sobre os empregos dos/das trabalhadores/as. Para os/as professores/as da rede privada a estabilidade no emprego não é garantida, e seus locais de trabalho são caracterizados pela proximidade com empregadores/as ou seus/suas agentes diretos/as (sem a natureza impessoal da rede pública). Assim, o controle dos/das trabalhadores/as é muito mais eficaz. A propósito, Juan Vázquez (2005) destaca que o mercado de trabalho docente no México está dividido em dois grandes grupos, o público e o privado, com regras diferentes que levam a assimetrias em termos de segurança empregatícia, sendo o mercado de trabalho da rede privada menos regulamentado e mais inseguro.

**Tabela 1: Dias individuais de greve – DIGs na Argentina; professores/as de escolas públicas e privadas (2012-2022)**

Rede	Número de professores/as (2014)		DIGs		DIGs por número absoluto de professores/as
	Número absoluto	Porcentagem	Número absoluto	Porcentagem	
Professores/as da rede pública	662.919	72,28%	38.238.338	95,17%	57,68
Professores/as de escolas particulares	254.201	27,72%	1.941.755	4,83%	7,64
Total	917.120	100%	40.180.093	100%	43,81

**Fonte:** Elaboração própria, com base em TEySS-DEyERT (2023) e MECCyT-DiEE (s.d.).

**Tabela 2: Dias individuais de greve – DIGs no México; professores/as de escolas públicas e privadas (2012-2022)**

Rede	Número de professores/as (2014)		DIGs		DIGs por número absoluto de professores/as
	Número absoluto	Porcentagem	Número absoluto	Porcentagem	
Professores/as da rede pública	1.349.280	82,12%	73.094.121	100%	54,17
Professores/as de escolas particulares	293.738	17,88%	0	0%	0,00
Total	1.643.018	100%	73.094.121	100%	44,49

**Fonte:** Elaboração própria, com base no jornal *La Jornada* e na Secretaría de Educación Pública – SEP (s.d.).

**Nota:** *Professores/as* se refere às funções docentes.

Por outro lado, professores/as das escolas públicas geralmente têm estabilidade empregatícia. Isso limita uma das formas mais básicas de controle do trabalho: a demissão seletiva de ativistas ou de ativistas em potencial (GINDIN, 2015). Podemos dizer que a estabilidade no emprego foi consolidada, principalmente devido à pressão docente, como elemento central dos RTDs da rede pública.

Durante as últimas décadas, um dos objetivos da pauta de reformas neoliberais na educação pública tem sido incrementar o controle dos/das docentes. Este é o contexto contemporâneo das políticas relativas à contratação e à estabilidade no emprego na rede pública. Os dois exemplos a seguir ilustram essa questão. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de 2012 a 2022 os governos municipais e estaduais brasileiros contrataram mais professores/as com contratos temporários; assim, a porcentagem de docentes da rede pública com estabilidade no emprego caiu de 73,6% para 62,3% (INEP, 2013; INEP, 2023). No México, como discutiremos mais adiante, o governo federal criou um sistema de avaliação cujo objetivo é flexibilizar a estabilidade nos empregos docentes. Apesar dessas políticas, a estabilidade no emprego ainda é uma característica fundamental do RTD da rede pública e um elemento crucial para entender por que professores/as de escolas públicas entram em greve com mais frequência do que os/as de escolas particulares.

A diferença no controle do emprego de professores/as de escolas públicas e privadas é importante para compreender as diferenças no conflito trabalhista e na atividade sindical entre as duas redes. Aliás, ao comparar a atividade sindical de professores/as de escolas públicas e privadas representados/as pelo mesmo sindicato, no Distrito Federal do Brasil, de 1995 a 2002, Ulisses Resende (2004) destacou que a mobilização sindical dos/das professores/as de escolas públicas era favorecida por sua estabilidade empregatícia. Os/As professores/as da rede privada não organizaram nenhuma greve, enquanto seus/

suas colegas da rede pública sim. Além disso, a taxa de sindicalização dos/das docentes da rede privada era inferior à dos/das da rede pública (41,8% contra 69,9% em 1999) e estes/as realizavam mais assembleias (RESENDE, 2004).

**Tabela 3: Greves e dias de greve no Brasil; professores/as da rede pública e privada (2012-2022)**

Rede	Número de professores/as (2014)		DIGs		Dias de Greve		DIGs por número absoluto de professores/as
	Número absoluto	Porcentagem	Número absoluto	Porcentagem	Número absoluto	Porcentagem	
Professores/as da rede pública	1.833.276	76,69%	2.318	97,64%	29.302	98,84%	15,98
Professores/as de escolas particulares	557.322	23,31%	56	2,36%	345	1,16%	0,62
Total	2.390.598	100%	2.374	100%	29.647	100%	12,4

**Fonte:** Elaboração própria, com base no DIEESE-SAG (2023) e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2023).

**Nota:** *Professores/as* se refere apenas a docentes em sala de aula (não inclui, por exemplo, diretores/as). Uma das greves incluiu professores/as das redes pública e privada, pois ambas participaram.

Embora os/as professores/as de escolas particulares tenham organizado menos greves nos três países, há diferenças significativas tanto na frequência quanto no tipo de greve. Como mencionamos anteriormente, no México não encontramos nenhuma greve de professores/as de escolas particulares; no Brasil, a participação desses/as no total de dias de greve foi muito baixa; na Argentina, o número de DIGs por professor/a de escola particular foi relativamente baixo, mas ainda assim significativo.

As diferenças entre o México, o Brasil e a Argentina em termos da participação dos/das professores/as de escolas particulares no número total de greves são o resultado, pelo menos em parte, do histórico das relações trabalhistas nos três países. No México, a regulamentação sindical estatal e a relação entre os sindicatos, o partido dominante e o Estado até a década de 1990 aparentemente obstruíram a criação de organizações de professores/as de escolas particulares aptos/as a confrontar seus/suas empregadores/as. Por outro lado, a regulamentação estatal da negociação coletiva (especialmente no Brasil) e do trabalho docente no ensino privado (na Argentina) contribuiu para a sindicalização dos/as docentes do ensino privado desde a década de 1940. As Tabelas 4 e 5 compararam as greves dos/das professores/as do ensino privado no Brasil e na Argentina entre 2012 e 2022, de acordo com o nível de negociação.

A Tabela 4 mostra que apenas uma das 2.373 greves docentes no Brasil foi convocada conjuntamente por professores/as de escolas públicas e particulares. Trata-se de uma greve nacional com elevado perfil político, ocorrida em 2019.

Em contrapartida, conforme ilustrado na Tabela 5, 96,29% dos DIGs dos/das professores/as de escolas particulares na Argentina foram compartilhados com os/as professores/as de escolas públicas. Isso se deve fundamentalmente ao fato de que, de 2012 a 2022, os salários na Argentina foram a questão mais negociada, e o salário mínimo dos/das docentes de escolas particulares foi equiparado por lei ao dos/das docentes da rede pública no estado em que trabalham. Isso explica o interesse comum das duas redes e a ação sindical conjunta. O regime de trabalho dos/das professores/as de escolas particulares está fortemente articulado com o da rede pública. Além disso, até certo ponto, ou pelo menos em alguns casos, os/as professores de escolas públicas ‘arrastam’ os/as de escolas particulares. Por exemplo, num conflito trabalhista de 2013 na cidade de Bahía Blanca, os/as professores/as de escolas públicas comandaram a mobilização de assembleias conjuntas com os/as de escolas particulares (BECHER, 2022).

Em suma, as greves de professores/as na Argentina, no Brasil e no México são fundamentalmente um fenômeno da rede pública. O elemento-chave é o controle mais forte da força de trabalho – uma questão destacada por pesquisas sobre o regime de trabalho – nas escolas particulares. Além dessa semelhança, há diferenças marcantes na atividade grevista dos/das professores/as de escolas particulares. No México não encontramos nenhuma greve na rede privada, enquanto na Argentina e no Brasil houve greves nacionais, estaduais e em escolas individuais. Além disso, na Argentina, os/as professores/as das escolas particulares entraram em greve com mais frequência, mas o fizeram em conjunto com os/as da rede pública. A articulação do regime de trabalho dos/das professores/as das escolas particulares com o de seus/suas colegas da rede pública contribui para explicar o maior número de greves de docentes das escolas particulares na Argentina.

### *Diferenças interestaduais na Argentina, no Brasil e no México*

As estatísticas relativas às greves de docentes do ensino público no mesmo país revelam diferenças significativas entre os estados. No México, a literatura acadêmica reconhece que essas diferenças dependem basicamente do tipo de liderança sindical (e, portanto, das diferentes tradições sindicais e relações entre líderes e trabalhadores/as). Na Argentina, por outro lado, Etchemendy e Lodola (2023) abordaram especialmente essa questão e consideraram difícil associar as greves docentes a um conjunto de variáveis econômicas e políticas entre os estados. Enquanto isso, no Brasil esse problema não tem sido abordado de forma consistente pela literatura sobre sindicalismo docente. É certo que, assim como na Argentina, a variação interestadual nas greves docentes do Brasil não pode ser associada a uma única variável, como no caso mexicano. A Tabela 6 lista os estados brasileiros de acordo com o número de dias de greve dos/das professores/as estaduais. A Tabela 7 lista os estados mexicanos e argentinos de acordo com os DIGs por trabalhador/a da educação ou professor/a.

**Tabela 4: Greves e dias de greve no Brasil de acordo com o nível de negociação – instituição de trabalho, localidade, estadual e nacional; professores/as de escolas particulares (2012-2022)**

Nível da negociação	Greves		Dias de greve	
	Número absoluto	Porcentagem	Número absoluto	Porcentagem
Greves na instituição de trabalho	37	66,07%	269	77,97%
Greves locais, estaduais e nacionais (sem docentes de escolas públicas)	18	32,14%	74	21,45%
Greves locais, estaduais e nacionais (com docentes de escolas públicas)	1	1,79%	2	0,58%
Total	56	100%	345	100%

Fonte: DIEESE-SAG (2023).

**Tabela 5: Dias individuais de greve – DIGs e dias de greve na Argentina de acordo com o nível de negociação – instituição de trabalho, localidade, estadual e nacional; professores/as de escolas particulares (2012-2022)**

Nível da negociação	DIGs		Dias de greve	
	Número absoluto	Porcentagem	Número absoluto	Porcentagem
Greves na instituição de trabalho	32.680	1,68%	54	8,44%
Greves locais, estaduais e nacionais (sem docentes de escolas públicas)	39.476	2,03%	31	4,84%
Greves locais, estaduais e nacionais (com docentes de escolas públicas)	1.873.633	96,29%	555	86,72%
Total	1.945.789	100%	640	100%

Fonte: MTEySS-DEyERT (2023).

A atividade grevista dos/das professores/as da rede pública é incrivelmente heterogênea. No Brasil, os/as professores/as do Piauí estiveram em greve durante 422 dias, enquanto seus/suas colegas do Mato Grosso do Sul estiveram em greve por 14 dias. Na Argentina, a taxa de dias de greve por professor em Chaco é de 185,5, enquanto em San Luis é inferior a 1 dia. No México, a taxa de DIGs por trabalhador da educação em Michoacán é de 224,77, enquanto há 11 estados em que não há registro de greves.

**Tabela 6: Greves e dias de greve dos/das professores/as estaduais por estado no Brasil – rede pública (2012-2022)**

Estado	Dias de greve	Greves
Piauí	422	17
Rio de Janeiro	347	33
Minas Gerais	305	35
Pará	324	18
Rio Grande do Sul	283	21
Mato Grosso	212	13
Goiás	194	5
Acre	193	8
Tocantins	192	4
Sergipe	173	12
Bahia	138	11
Rondônia	138	4
Rio Grande do Norte	137	7
São Paulo	136,5	18
Paraná	133	17
Roraima	129	7
Distrito Federal	125	14
Amapá	109	11
Ceará	108,5	2
Santa Catarina	93	7
Alagoas	86	10
Paraíba	75	15
Amazonas	58,5	10
Pernambuco	51	7
Maranhão	42,5	7
Espírito Santo	39	2
Mato Grosso do Sul	14	5

**Fonte:** DIEESE-SAG (2023).

**Nota:** A tabela inclui greves conjuntas de professores/as municipais e estaduais no Rio de Janeiro, Sergipe, Rio Grande do Norte, Amazonas, Alagoas, Acre, Maranhão e Tocantins.

**Tabela 7: Taxa de dias individuais de greve – DIGs por estado dos/das trabalhadores/as da educação no México e professores/as na Argentina – Rede Pública (2012-2022)**

Estados mexicanos	DIGs por trabalhador/a da educação	Estados argentinos	DIGs por professor/a
Michoacán	224,57	Chaco	185,52
Chiapas	213,69	Santa Cruz	180,30
Guerrero	173,46	Neuquén	157,46
Oaxaca	159,92	Chubut	122,18
Quintana Roo	44,47	La Rioja	74,70
Campeche	40,89	Buenos Aires	54,14
Baja California Sur	30,40	Entre Ríos	47,86
Baja California	15,15	Jujuy	45,10
Zacatecas	13,12	Santa Fé	40,56
Tabasco	11,97	Catamarca	39,06
Veracruz	6,35	Misiones	32,31
Chihuahua	3,74	Rio Negro	25,00
Aguascalientes	3,70	Capital Federal	17,97
Cidade do México	2,82	Salta	17,17
Morelos	1,81	Tierra del Fuego	12,08
Nayarit	0,33	Mendoza	11,67
Sinaloa	0,26	Tucumán	9,80
Guanajuato	0,13	Santiago del Estero	8,36
Durango	0,08	Córdoba	6,36
Nuevo León	0,02	La Pampa	4,62
Sonora	0,01	Corrientes	3,72
Querétaro	0,00	San Juan	3,19
Coahuila	0,00	Formosa	1,56
Colima	0,00	San Luis	0,48
Hidalgo	0,00		
Jalisco	0,00		
Estado do México	0,00		
Puebla	0,00		
San Luis Potosí	0,00		
Tamaulipas	0,00		
Tlaxcala	0,00		
Yucatán	0,00		

**Fonte:** Elaboração própria com base em MTEySS-DEyERT (2023), MECCyT-DiEE (s.d.), SEP (s.d.) e jornal *La Jornada*.

No Brasil foram registradas 327 greves de professores/as estaduais entre 2012 e 2022. É importante destacar que professores/as de todos os estados entraram em greve. No Espírito Santo, houve apenas duas greves, uma das quais durou 38 dias. No Mato Grosso do Sul, que apresenta o menor número de dias de greve (14), os/as professores/as da rede pública organizaram greves em 2013, 2015 e 2017. Isso significa que entrar em greve é virtualmente possível para todos os sindicatos. A greve provavelmente só não está na agenda dos/das professores/as de municípios pequenos, distantes das áreas metropolitanas. Da mesma forma, na Argentina, de 2012 a 2022, os/as professores/as da rede pública organizaram greves em todos os estados (Tabela 7), com exceção do estado de San Luis, onde houve menos de um dia de greve por professor/a.

Analisaremos agora o caso mexicano com mais profundidade. Conforme mostrado na Tabela 8, praticamente não houve greves na maioria dos estados. Isso se deve ao fato de que, dos três países estudados, o México é o único em que, até a década de 1980, o RTD garantia a paz trabalhista na rede pública, integrando o sindicato ao controle dos empregos (GINDIN, 2015). Na maioria dos estados mexicanos esse regime de trabalho ainda está em vigor – o que impede a ocorrência de greves. No entanto, como mencionamos anteriormente, em outros estados esse regime foi alterado quando surgiu a Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE. Aliás, como era esperado, a maioria das greves no México foi liderada pela CNTE. Como mostra a Tabela 8, essa categoria sindical foi responsável por 95,98% dos DIGs de 2012 a 2022.

Oaxaca, Guerrero, Chiapas e Michoacán são os estados com o maior número de DIGs, pois neles a CNTE é a facção dominante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação – SNTE. Devemos observar que o número de DIGs por trabalhador/a da educação no México de 2012 a 2022 é de 35,8. Se as greves nesses quatro estados forem retiradas, o número cai para 3,38. Nossos dados sobre o México coincidem com os apresentados por Bensusán e Tapia (2013). Com base em fontes da imprensa, a autora e o autor mostraram que, de 1996 a 2008, o estado com o maior número de dias de greve foi Oaxaca (172), seguido por Guerrero (125) e Michoacán (107). Em outros 10 estados o número de dias de greve variou de 1 a 61; e nos 20 estados restantes não houve greves.

**Tabela 8: Greves no México por entidade mobilizadora (2012-2022)**

Mobilizador	Greves		Dias de greve		DIGs	
	Número absoluto	Porcentagem	Número absoluto	Porcentagem	Número absoluto	Porcentagem
CNTE	56	65,12	1.415	74,53	70.158.967	95,98
Facção Dominante do SNTE	12	13,95	105	5,53	1.884.815	2,58
Sindicatos de escolas secundárias	12	13,95	91,50	4,82	191.867	0,26
Outros/não há dados	6	6,98	287	15,12	858.472	1,17
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>100</b>	<b>1.898,50</b>	<b>100,00</b>	<b>73.094.121</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, com base no jornal *La Jornada*.

Para compreender os regimes de trabalho dos/das professores/as da rede pública nesses quatro estados mexicanos precisamos ir além das relações trabalhistas. Na verdade, os RTDs também são moldados pela realidade local (contextos políticos repressivos, tradição de luta popular etc.). Foge aos limites deste artigo tratar desses aspectos em profundidade. No entanto, analisaremos o caso de Oaxaca para ilustrar que o fornecimento de explicações específicas é altamente relevante.

Oaxaca, assim como Michoacan, Guerrero e Chiapas, tem uma forte tradição de mobilização social e organização comunitária. O sindicalismo radicalizado da CNTE, que poderia ser conceituado como sindicalismo de movimentos sociais, é simultaneamente uma expressão e um catalisador do conflito social presente nos níveis regional e local. Essa articulação entre a luta docente e a mobilização social maior fortaleceu essa facção sindical de oposição. Por exemplo: o povo de Oaxaca desempenhou um papel importante nas mobilizações nacionais dos/das docentes contra a reforma educacional, especialmente em 2016, no momento mais dramático do conflito (CASCO, 2020).

Como já ficou claro, o número e a extensão das greves dos/das professores/as estaduais em cada país diferem de maneira considerável. Para compreender essas diferenças interestaduais na atividade grevista propomos uma hipótese que se baseia teoricamente na estruturação multiescalar do RTD e empiricamente numa análise do caso Oaxaca, o que sugere que os contextos políticos locais e regionais influenciam as mobilizações docentes. Como destacamos, na Argentina e no Brasil houve greves de professores/as em quase todos os estados. Enquanto isso, no México, apesar de ter havido um período particularmente conflituoso para os/as professores/as, houve poucas ou nenhuma greve na maioria dos estados. O quadro do regime de trabalho contribui para compreender essa diferença entre os países. Nossa hipótese é que, para os sindicatos docentes

da rede pública na Argentina e no Brasil (mas não no México), as greves de professores/as fazem parte de um processo normal de negociação trabalhista. Aliás, as greves não são apenas um fenômeno que meramente rompe com o cotidiano. Em certos contextos, as greves podem fazer parte e até contribuir para a estabilidade do regime de trabalho.

### *Greves em diferentes níveis de negociação*

Nesta seção apresentaremos as diferentes configurações das greves de docentes da rede pública nos três países estudados de acordo com os níveis de negociação. Do ponto de vista do papel do Estado, a estruturação multiescalar do regime de trabalho dos/as professores/as da rede pública é comumente expressa em dois níveis de negociação: com o governo federal e com os estados (no Brasil, também com os municípios). O papel do governo federal no sistema educacional e suas políticas são elementos-chave para compreender a organização das greves federais nos três países e das greves estaduais contra o governo federal no México.

Até a década de 1990, a maioria dos/das professores/as mexicanos/as era empregada pelo governo federal. Foi então que o governo, após acordo com o sindicato, transferiu seu sistema de educação básica para os estados. No entanto, algumas questões fundamentais, como a fixação dos salários, permaneceram no âmbito federal. Durante o mesmo período o governo argentino transferiu as escolas que ainda estavam sob administração nacional para os estados. No Brasil, onde o governo federal nunca foi um grande empregador de professores/as, as mudanças nas responsabilidades de gestão seguiram o mesmo rumo, e na década de 1990 os municípios substituíram os estados como principais empregadores de docentes. No entanto, em contextos políticos favoráveis posteriores na Argentina (2006) e no Brasil (2008), os sindicatos conseguiram aprovar uma lei relativa ao salário mínimo nacional para professores/as. Além disso, no Brasil as atividades extracurriculares foram reconhecidas como parte da carga horária. Essas políticas argentinas e brasileiras geraram controvérsia e reconfiguraram em parte a forma multiescalar como o regime de trabalho dos/das docentes da rede pública é estruturado.

O poder do SNTE mexicano no sistema educacional levou a um debate político e acadêmico sobre o impacto do sindicato na qualidade da educação (BENSUSÁN & TAPIA, 2013). No final, esse debate fortaleceu no *establishment* mexicano a ideia de que o poder do SNTE precisava ser reduzido, e houve uma reforma significativa em 2013. Essa reforma estabeleceu uma série de avaliações para a contratação, continuidade, promoção de professores/as e abriu a possibilidade de demitir aqueles/as cujo resultado fosse considerado fraco. Além disso, limitou as possibilidades de organização sindical e o direito à greve (CASCO, 2020). Desencadeou-se então uma mobilização de professores/as, com longas greves, liderada pela CNTE. De 2012 a 2022, 81,70% dos DIGs no México foram de oposição a essa reforma nacional, mas a maioria deles estava em nível estadual,

principalmente nos quatro estados do sul mencionados acima. De fato, 67,56% dos DIGs no México durante o período de 2012 a 2022 correspondem a greves em nível estadual em Michoacán, Guerrero, Chiapas e Oaxaca contra essa reforma nacional.

Na Argentina as greves nacionais de docentes entre 2012 e 2022 coincidem claramente com o ciclo político. Durante as presidências de Cristina Kirchner e Alberto Fernández (2011-2015 e 2019-2022, respectivamente), ambas apoiadas pela Confederação dos Trabalhadores da Educação da República Argentina – CTERA e durante as quais os canais de negociação ficaram abertos, o conflito nacional foi menor. Durante a presidência de Mauricio Macri (2015-2019), quando foram implementadas reformas de retrocesso (como a suspensão das negociações salariais em escala nacional, por exemplo) e as organizações docentes se opuseram, o número de greves nacionais aumentou. Essa evolução das greves nacionais não coincide estritamente com a evolução das greves estaduais e locais. De acordo com os DIGs, no nível subnacional de negociação, o ano com o maior número de greves foi 2014. No entanto, no nível nacional de negociação, os anos com o maior número de greves coincidem com a presidência de Macri, na seguinte ordem: 2017, 2018, 2016 e 2019 (Gráfico 1).

No Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE tem feito esforços sistemáticos para nacionalizar as lutas docentes. Isso se concretiza, normalmente, na organização de uma greve nacional em março ou abril. Os dois gráficos a seguir sobre o Brasil (Gráficos 2 e 3) mostram que: 1) Há um crescimento sistemático das greves municipais e dos dias de greve de 2008 a 2013, provavelmente associado à aprovação da lei nacional do salário mínimo para professores/as – uma vitória sindical. Essa situação legitimou as greves docentes em locais onde a lei não era cumprida (OLIVEIRA, 2022); 2) A evolução das greves nacionais não corresponde à evolução do número total de greves dos/das professores/as. O ano com o maior número de greves nacionais foi 2019, o primeiro ano da presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022) – um governo de extrema direita; 3) A queda nas greves em 2020 e 2021 se deve à quarentena para evitar a propagação da Covid-19.

Em suma, para explicar a forma particular que o descontentamento assume em cada país é necessário compreender as diferentes escalas de negociação em que ocorrem as greves docentes. Para tal, é necessário ter em conta a natureza multiescalar do RTD e os sindicatos como agentes de sua estruturação. Considerar a natureza multiescalar do RTD é essencial, porque embora os estados e municípios sejam os empregadores dos/as docentes, o governo federal também é ou pode ser um agente do RTD. Isso explica por que os/as docentes entraram em greve em protesto contra os governos federais nos três países. Previsivelmente, no México, onde o peso do governo federal é maior, houve mais greves contra a instância superior. Com menos clareza, o aumento das greves municipais no Brasil também sugere, pelo menos em parte, o papel maior do governo federal no RTD brasileiro, uma vez que os parâmetros nacionais para os estados e municípios

foram definidos por lei em 2008. Considerar os sindicatos como agentes da estruturação do RTD também é fundamental, porque na verdade eles têm influência na *divisão do trabalho* dentro do aparato estatal no que diz respeito ao emprego dos/das professores/as. Isso fica claramente ilustrado pelos seguintes exemplos nos três países estudados: na década de 1990, o sindicato mexicano impediu um processo de descentralização mais radicalizado e, na década seguinte, as federações argentina e brasileira conseguiram fazer com que os governos federais fixassem um salário mínimo nacional para professores/as. Portanto, não apenas os governos, mas também os sindicatos desempenham papéis estruturantes na realidade multiescalar do RTD.

**Gráfico 1: Dias individuais de greve – DIGs por greves nacionais e estaduais/locais (Argentina, 2012-2022)**



— Greves Estaduais e Locais

— Greves Nacionais e Interestaduais

Fonte: Elaboração própria, com base no MTEySS-DEyERT (2023).

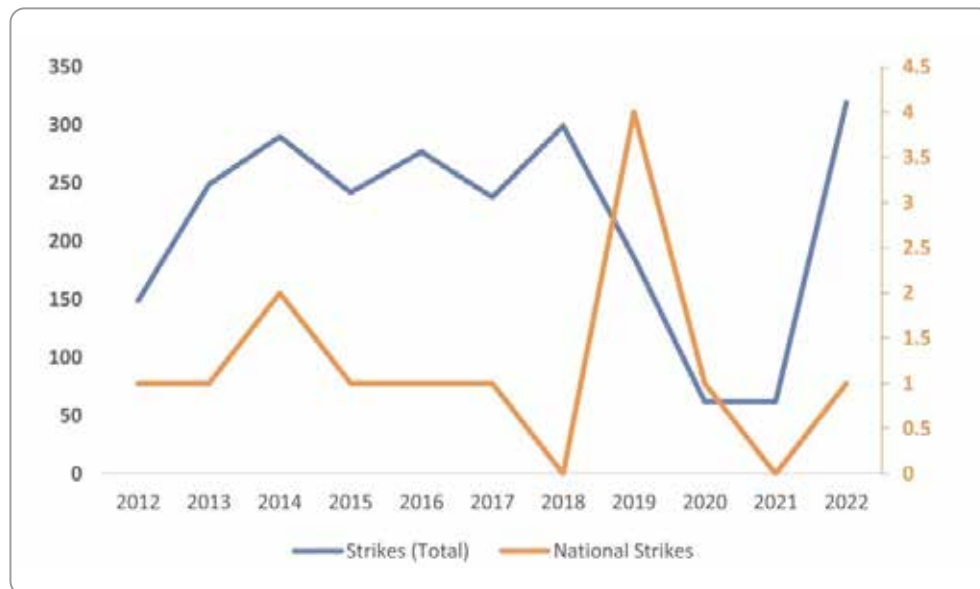
Gráfico 2: Greves e dias de greve de professores/as municipais (Brasil, 2008-2022)



— Dias de Greve  
— Greves

Fonte: Elaboração própria, com base em DIEESE-SAG (2023).

Gráfico 3: Greves de professores/as e greves nacionais de professores/as (Brasil, 2012-2022)



— Greves (Total)  
— Greves Nacionais

Fonte: Elaboração própria, com base em DIEESE-SAG (2023).

## Considerações finais

Neste artigo analisamos dados estatísticos sobre greves de docentes de escolas públicas e privadas a partir de bancos de dados gerados por uma instituição técnica inter-sindical (Brasil), por um departamento governamental (Argentina) e por nós mesmos (México). Os resultados dessa análise condizem com a literatura sobre sindicalismo docente na América Latina, que se concentra em professores/as de escolas públicas e reconhece diferenças importantes não apenas entre países, mas também entre diferentes estados ou regiões de um mesmo país. Nossa contribuição reside no uso de dados adicionais (estatísticas de greves) raramente utilizados por especialistas em sindicalismo docente e na fundamentação de nossa análise nos desenvolvimentos contemporâneos no campo dos estudos trabalhistas (a estrutura do regime de trabalho). A categoria *regime de trabalho docente* contribui para a compreensão tanto das diferenças na atividade grevista em diferentes redes do magistério quanto das formas que as greves docentes assumem, de acordo com os níveis de negociação.

Para uma compreensão teórica das greves docentes destacamos três questões teóricas que estão no cerne da estrutura do regime de trabalho, a saber: a primeira questão é a *agência*, no sentido de que empregadores/as e empregados/as têm um papel na dinâmica do regime de trabalho, reproduzindo-o e, eventualmente, sendo aptos/as a reconfigurá-lo. Mostramos que a greve, uma das ações por excelência dos/das trabalhadores/as, tem diferentes posições em diferentes RTDs. Também destacamos o papel que os/as agentes não envolvidos/as na relação de trabalho têm nos RTDs. É o caso dos movimentos populares de Oaxaca na reprodução do sindicalismo de movimentos sociais entre professores/as.

A segunda é a importância do *controle do emprego* para a análise dos regimes de trabalho. As diferenças no controle do emprego ajudam a explicar, nos três países estudados, a razão pela qual há menos greves nas escolas particulares, onde o controle dos/das trabalhadores/as é mais eficaz, assim como explicam algumas pautas de reforma da rede pública destinadas a aumentar o controle do emprego de seus/suas professores/as. O controle do emprego também explica a grande variação entre as greves estaduais mexicanas: quando o sindicato é um agente de controle do emprego dos/das professores/as, há poucas ou nenhuma greve.

A terceira é a *estruturação multiescalar* do regime de trabalho e, conseqüentemente, do conflito dos/das professores/as. Em outras palavras, uma explicação satisfatória das greves dos/das professores/as deve articular a análise de diferentes escalas. Como ilustrado pelo exemplo brasileiro, uma mudança em escala nacional (o salário mínimo para professores/as) parece ter sido crucial para o aumento das greves municipais de professores/as.

A teoria do processo laboral, que revolucionou os estudos trabalhistas há algumas décadas, estimulou a pesquisa sobre o sindicalismo docente. Podemos ver seu impacto no primeiro livro internacional sobre o assunto, editado por Martin Lawn (1985). Atualmente

os estudos sobre o sindicalismo docente tendem a usar categorias e conceitos da ciência política e das teorias dos movimentos sociais. Essas perspectivas teóricas têm se mostrado muito frutíferas, mas de qualquer maneira, revisitar os estudos trabalhistas é estimulante. Os estudos trabalhistas entendem o sindicalismo docente como uma prática coletiva de um segmento específico de trabalhadores/as. Neste artigo, analisamos as greves de docentes a partir desse entendimento, utilizando alguns dos elementos teóricos destacados pela literatura contemporânea sobre regimes de trabalho.

## Notas

- 1 Artigo originalmente publicado com o título *Teacher strikes in Argentina, Brazil and Mexico (2012–2022)*, Julián Gindin, Mariano Casco and Pablo Ariel Becher, em *Globalisation, Societies & Education* (Vol 23, Issue 1, 2025). Reproduzido com permissão de Informa UK Limited, que opera como *Taylor & Francis Group*: <https://www.tandfonline.com>. Tradução realizada por Érico Assis.
- 2 Agradecemos a Rodrigo Linhares (pesquisador do Sistema de Monitoramento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Brasil), assim como a Mariela Rocca e Ricardo Spaltenberg (pesquisadora e pesquisador de conflitos trabalhistas da Diretoria de Estudos e Estatísticas do Ministério do Trabalho, Argentina). Agradecemos também a Agustín Santella (CONICET, Argentina) pelo apoio, e a Julia Soul (CONICET, Argentina) pelos comentários sobre uma versão inicial deste artigo.
- 3 Ver Moe e Wiborg (2017), Chambers-Ju (2021), Schneider (2021) e Tarlau (2022).
- 4 Disponível em: <https://jornada.com.mx/>.

## Referências

- BAGLIONI, Elena, Liam Campling, Neil Coe, and Adrian Smith. 2022. *Labour Regimes and Global Production*. Newcastle upon Tyne: Agenda Publishing.
- BECHER, Pablo. 2022. *Los Guardapolvos Vienen Marchando. Estrategias y Prácticas de SUTEBA Bahía Blanca (2003-2015)* [Teachers are Marching. Strategies and Practices of SUTEBA Bahía Blanca (2003-2015)]. Buenos Aires: TeseoPress.
- BENSUSÁN, Graciela, and Arturo Tapia. 2013. "El SNTE y la Calidad Educativa. Una Agenda de Investigación" [The SNTE and Educational Quality." *A research agenda*] *Revista Mexicana de Sociología* 75 (4): 557–587. Universidad Nacional Autónoma de México. <http://dx.doi.org/10.22201/iis.01882503p.2013.4.42268>.
- CASCO, Mariano. 2020. "El sindicalismo de la Sección 22 del SNTE/CNTE contra la Reforma Educativa en México (2012-2018). Un caso de sindicalismo de movimiento social" [The unionism of chapter 22 of the SNTE/CNTE against the Educational Reform in Mexico (2012-2018). A case of social movement unionism]. PhD diss., Universidad Autónoma Metropolitana (Mexico). <http://tesiuami.izt.uam.mx/uam/aspuam/presentatesis.php?recno=24287&docs=UAMII24287.pdf>.
- CHAMBERS-JU, Christopher. 2021. "Adjustment Policies, Union Structures, and Strategies of Mobilization: Teacher Politics in Mexico and Argentina." *Comparative Politics* 53 (2): 185–207. <https://www.ingentaconnect.com/content/cuny/cp/2021/00000053/00000002/art00002>.

- CHIAPPE, María Mercedes. 2011. "La conflictividad laboral entre los docentes públicos provinciales: 2006-2010" [Labour conflict among state public school teachers: 2006:2010. Master's thesis, Universidad de San Andrés (Argentina)]. <https://repositorio.udesu.edu.ar/jspui/handle/10908/593>.
- COOK, Maria Lorena. 1996. *Organizing Dissent: Unions, the State, and the Democratic Teachers' Movement in México*. Philadelphia: The Pennsylvania State University.
- DIEESE-SAG [Inter-union Department of Statistics and Socioeconomic Studies- Strike Monitoring System, Brazil]. 2023. Unpublished data on strikes in education.
- ETCHEMENDY, Sebastián, and Germán Lodola. 2023. "The Rise of Public Sector Unions in the Twenty-First Century: A Theoretical, Mixed-Methods Approach with Evidence from Argentina." *Politics & Society*, 1–39. <https://doi.org/10.1177/00323292231205440>.
- FRANZOSI, Roberto. 1987. "The Press as a Source of Socio-Historical Data: Issues in the Methodology of Data Collection from Newspapers." *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History* 20 (1): 5–16. <https://doi.org/10.1080/01615440.1987.10594173>.
- GINDIN, Julián. 2015. *Por nós Mesmos. As Práticas Sindicais dos Professores Públicos na Argentina, no Brasil e no México [By Ourselves. Unions Practices of Public School Teachers in Argentina, Brazil and Mexico]*. Rio de Janeiro: Azougue.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. 2013. *Simopse Estatística da Educação Básica. 2012 [Statistical Synopsis of Basic Education. 2012]*. Brasília: INEP.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. 2023. *Simopse Estatística da Educação Básica. 2022 [Statistical Synopsis of Basic Education. 2022]*. Brasília: INEP.
- LAWN, Martin. 1985. *Politics of Teacher Unionism: International Perspectives*. London: Croom Held.
- MECCyT-DiEE. [Ministry of Education, Culture, Science and Technology- Directorate of Information and Educational Statistics]. n. d. "CENPE. 2014. Gobierno de Argentina. Accessed June 05, 2023. <https://www.argentina.gob.ar/educacion/evaluacion-informacion-educativa/censos>.
- MOE, Terry, and Susan Wiborg. 2017. *The Comparative Politics of Education: Teachers Unions and Education Systems Around the World*. New York: Cambridge University Press.
- MTEySS-DEyERT [Ministry of Labour, Employment and Social Security- Directorate of Studies and Statistics on Labour Relations, Argentina]. 2023. Unpublished data on labour conflicts in education.
- OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de. 2022. *Greve e Negociação Coletiva: Dimensões Complementares da Luta Sindical [Strike and Collective Bargaining: Complementary Dimensions of Union Struggle]*. São Paulo: Dialética.
- RAGIN, Charles. 1987. *The Comparative Method. Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. California: University of California Press.
- RESENDE, Ulisses Borges de. 2004. "Mobilização sindical no Distrito Federal. Uma abordagem comparativa das Práticas dos Professores das Redes Pública e Privada, 1995-2022" [Union Mobilisation in the Federal District. A Comparative Approach to the Practices of Teachers of Public and Private Schools, 1995-2022]. Master's thesis. Universidade de Brasília (Brazil).
- REYES, Rodrigo. 2021. "Provincias, Conflictividad y Sindicalismo Docente: El Directorio Nacional del Colegio de Profesores y sus Regionales de Antofagasta y Biobío (1993-1994)" [Provinces, Conflict and Teacher Unionism: The National Directory of the College of Teachers and its Regional Offices of Antofagasta and Biobío (1993-1994)]. *Revista Historia Regional* 45: 165–179. <http://hdl.handle.net/2133/22886>.

SALGADO, Eliana. 2018. *Acción colectiva de los maestros colombianos por la defensa de la educación: una mirada histórica a las movilizaciones contra la reforma a las transferencias y el decreto 1278 (2001-2002)* [Collective action of Colombian teachers in defense of education: a historical look at the mobilizations against the transfer reform and decree 1278 (2001-2002)]. Master's thesis, Universidad Pedagógica Nacional (Colombia).

SCHNEIDER, Ben Ross. 2021. "Teacher Unions, Political Machines, and the Thorny Politics of Education Reform in Latin America." *Politics & Society* 50 (1): 84–116. <https://doi.org/10.1177/00323292211002788>.

SEP [Public Education Secretary, Mexico]. n.d. Sistema Interactivo de Consulta de Estadística Educativa". SEP (Secretaría de Educación Pública). Accessed June 11, 2023. <https://planeacion.sep.gob.mx/principalescifras/>.

Tarlau, Rebecca. 2022. "Take or Reject State Power? The Dual Dilemma for Teachers' Unions in Brazil and Mexico."

*Studies in Comparative International Development* 57 (3): 361–384. <http://dx.doi.org/10.1007/s12116-022-09364-x>. Tilly, Charles. 1984. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russell Sage Foundation.

VÁZQUEZ, Juan Manuel Hernández. 2005. "Inseguridad laboral en el mercado de trabajo docente. Un análisis comparado de los mercados público y privado del nivel primaria en México, 1996-2001" [Job insecurity in the teacher labour market. A comparative analysis of the public and private markets of the primary level in Mexico, 1996-2001]. PhD diss., Universidad Autónoma Metropolitana (México). <http://tesuami.izt.uam.mx/uam/asp/ presentatesis.php?reco=12629&docs=UAMI12629.pdf>.

### Declaração de divulgação

Os autores não informaram nenhum conflito de interesses em potencial.